

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	7
DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	15
DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	44
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	46
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	47

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	247.128
Preferenciais	28.386
Total	275.514
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	35.998.826	37.117.909
1.01	Ativo Circulante	899.862	890.697
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	213.180	211.933
1.01.06	Tributos a Recuperar	373.952	366.034
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	373.952	366.034
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	312.730	312.730
1.01.08.03	Outros	312.730	312.730
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	312.730	312.730
1.02	Ativo Não Circulante	35.098.964	36.227.212
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.675	12.675
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	12.675	12.675
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	12.675	12.675
1.02.02	Investimentos	34.728.685	35.856.933
1.02.02.01	Participações Societárias	34.728.685	35.856.933
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.220.491	3.322.280
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	31.508.194	32.534.653
1.02.04	Intangível	357.604	357.604
1.02.04.01	Intangíveis	357.604	357.604
1.02.04.01.02	Ágio do investimento	357.604	357.604

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	35.998.826	37.117.909
2.01	Passivo Circulante	750	299
2.01.03	Obrigações Fiscais	572	81
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	572	81
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	434	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	138	81
2.01.05	Outras Obrigações	178	218
2.01.05.02	Outros	178	218
2.01.05.02.06	Contas a pagar	178	218
2.02	Passivo Não Circulante	4.601.251	4.593.953
2.02.02	Outras Obrigações	4.601.251	4.593.953
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.601.251	4.593.953
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	4.601.251	4.593.953
2.03	Patrimônio Líquido	31.396.825	32.523.657
2.03.01	Capital Social Realizado	7.106.481	7.106.481
2.03.04	Reservas de Lucros	14.491.807	14.491.807
2.03.04.01	Reserva Legal	1.421.296	1.421.296
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	13.070.511	13.070.511
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.355.993	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	11.154.530	10.925.369

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.358.187	475.078
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-777	-46.154
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-9.302	-554.624
3.04.05.01	Provisão para contingências	-9.302	-554.624
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.348.108	1.075.856
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.358.187	475.078
3.06	Resultado Financeiro	2.628	-913
3.06.01	Receitas Financeiras	10.532	6.591
3.06.01.02	Outras receitas financeiras	10.532	6.591
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.904	-7.504
3.06.02.02	Outras despesas financeiras	-7.414	-7.197
3.06.02.03	Tributos s/ receita financeira	-490	-307
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.355.559	474.165
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-434	99.395
3.08.01	Corrente	-434	-89.177
3.08.02	Diferido	0	188.572
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.355.993	573.560
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.355.993	573.560
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-4,9217	2,08178
3.99.01.02	PN	-4,9217	2,08178

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.355.993	573.560
4.02	Outros Resultados Abrangentes	229.161	-52.609
4.02.01	Ajustes acumulados de conversão reflexos	242.924	-45.090
4.02.03	Hedge de investimento líquido reflexo	-9.054	-20.513
4.02.05	Obrigações com benefícios de aposentadoria reflexos	7.578	37.412
4.02.06	Efeitos de investimento em ações e operações em tesouraria reflexos	-12.287	-24.418
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.126.832	520.951

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.247	-268.709
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.285	-129.160
6.01.01.01	Lucro / prejuízo líquido no período	-1.355.993	573.560
6.01.01.02	Resultado de participações societárias	1.348.108	-1.075.856
6.01.01.03	Atualizações monetárias	-132	7.084
6.01.01.04	Resultado de variação de percentual de participação societária	9.302	0
6.01.01.05	Provisão para contingências	0	554.624
6.01.01.06	Tributos diferidos	0	-188.572
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-38	-139.549
6.01.02.01	Trbutos a recuperar	-487	472.768
6.01.02.02	Tributos e contribuições a pagar	491	-612.316
6.01.02.03	Contas a pagar	-42	-1
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	855.123
6.02.01	Dividendos e juros sobre capital próprio	0	855.123
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.247	586.414
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	211.933	302.075
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	213.180	888.489

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	7.106.481	0	14.491.807	0	10.925.369	32.523.657
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.106.481	0	14.491.807	0	10.925.369	32.523.657
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.355.993	229.161	-1.126.832
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.355.993	0	-1.355.993
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	229.161	229.161
5.05.02.06	Ajustes acumulados de conversão reflexo	0	0	0	0	242.924	242.924
5.05.02.07	Hedge de investimento líquido reflexo	0	0	0	0	-9.054	-9.054
5.05.02.08	Obrigações com benefício de aposentadoria reflexo	0	0	0	0	7.578	7.578
5.05.02.09	Efeitos de investimento em ações e operações em tesouraria reflexo	0	0	0	0	-12.287	-12.287
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	7.106.481	0	14.491.807	-1.355.993	11.154.530	31.396.825

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	7.106.481	0	10.834.222	0	9.268.386	27.209.089
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.106.481	0	10.834.222	0	9.268.386	27.209.089
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-184.737	0	0	-184.737
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-184.737	0	0	-184.737
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	559.290	-52.609	506.681
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	573.560	0	573.560
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-14.270	-52.609	-66.879
5.05.02.06	Obrigações com benefícios de aposentadoria reflexos	0	0	0	-14.270	37.412	23.142
5.05.02.07	Ajustes ao valor justo de investimento em ações reflexos	0	0	0	0	-24.418	-24.418
5.05.02.08	Ajustes acumulados de conversão reflexos	0	0	0	0	-45.090	-45.090
5.05.02.09	Ajustes em instrumentos financeiros reflexos	0	0	0	0	-20.513	-20.513
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	7.106.481	0	10.649.485	559.290	9.215.777	27.531.033

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-777	-449
7.02.04	Outros	-777	-449
7.03	Valor Adicionado Bruto	-777	-449
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-777	-449
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-1.346.878	527.823
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.348.108	1.075.856
7.06.02	Receitas Financeiras	10.532	6.591
7.06.03	Outros	-9.302	-554.624
7.06.03.01	Provisão para contingências	0	-554.624
7.06.03.02	Resultado de variação de percentual de participação societária	-9.302	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-1.347.655	527.374
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-1.347.655	527.374
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	434	-53.690
7.08.02.01	Federais	434	-53.690
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.904	7.504
7.08.03.03	Outras	7.904	7.504
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.355.993	573.560
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.355.993	573.560

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	35.998.866	37.117.950
1.01	Ativo Circulante	593.528	584.397
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	219.232	218.018
1.01.06	Tributos a Recuperar	374.296	366.379
1.02	Ativo Não Circulante	35.405.338	36.533.553
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.675	12.675
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	12.675	12.675
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	12.675	12.675
1.02.02	Investimentos	34.631.713	35.759.928
1.02.02.01	Participações Societárias	34.631.713	35.759.928
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	34.631.713	35.759.928
1.02.04	Intangível	760.950	760.950
1.02.04.01	Intangíveis	760.950	760.950
1.02.04.01.02	Ágio do investimento	760.950	760.950

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	35.998.866	37.117.950
2.01	Passivo Circulante	790	340
2.01.03	Obrigações Fiscais	576	97
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	576	97
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	434	9
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	142	88
2.01.05	Outras Obrigações	214	243
2.01.05.02	Outros	214	243
2.01.05.02.06	Contas a pagar	214	243
2.02	Passivo Não Circulante	4.601.251	4.593.953
2.02.02	Outras Obrigações	4.601.251	4.593.953
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.601.251	4.593.953
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	4.601.251	4.593.953
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	31.396.825	32.523.657
2.03.01	Capital Social Realizado	7.106.481	7.106.481
2.03.04	Reservas de Lucros	14.491.807	14.491.807
2.03.04.01	Reserva Legal	1.421.296	1.421.296
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	13.070.511	13.070.511
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.355.993	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	11.154.530	10.925.369

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.358.273	485.022
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-896	-50.641
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10.224	-554.624
3.04.05.01	Provisão para contingências	0	-554.624
3.04.05.02	Resultado de variação de percentual de participação societária	-10.224	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.347.153	1.090.287
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.358.273	485.022
3.06	Resultado Financeiro	2.714	-567
3.06.01	Receitas Financeiras	10.623	6.988
3.06.01.10	Outras receitas financeiras	10.623	6.988
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.909	-7.555
3.06.02.02	Tributos s/ Receitas Financeiras	-494	-358
3.06.02.03	Outras Despesas Financeiras	-7.415	-7.197
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.355.559	484.455
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-434	89.105
3.08.01	Corrente	-434	-99.467
3.08.02	Diferido	0	188.572
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.355.993	573.560
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-1.355.993	573.560
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.355.993	573.560
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-4,9217	2,08178
3.99.01.02	PN	-4,9217	2,08178

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-1.355.993	573.560
4.02	Outros Resultados Abrangentes	229.161	-52.609
4.02.01	Ajustes acumulados de conversão reflexos	242.924	-45.090
4.02.03	Hedge de investimento líquido reflexo	-9.054	-20.513
4.02.04	Efeitos de investimento em ações e operações em tesouraria reflexos	-12.287	-24.418
4.02.05	Obrigações com benefícios de aposentadoria reflexos	7.578	37.412
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-1.126.832	520.951
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.126.832	520.951

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.214	-286.940
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.245	-143.591
6.01.01.01	Lucro líquido no período	-1.355.993	573.560
6.01.01.02	Resultado de participações societárias	1.347.153	-1.090.287
6.01.01.03	Atualizações monetárias	-139	7.084
6.01.01.04	Resultado de variação de percentual de participação societária	10.224	0
6.01.01.05	Provisão para contingências	0	554.624
6.01.01.06	Tributos diferidos	0	-188.572
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-31	-143.349
6.01.02.01	Tributos a recuperar	488	462.452
6.01.02.02	Tributos e contribuições a pagar	-488	-605.787
6.01.02.03	Contas a Pagar	-31	-14
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	937.153
6.02.01	Dividendos e juros sobre capital próprio	0	937.153
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.214	650.213
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	218.018	302.421
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	219.232	952.634

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	7.106.481	0	14.491.807	0	10.925.369	32.523.657	0	32.523.657
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.106.481	0	14.491.807	0	10.925.369	32.523.657	0	32.523.657
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.355.993	229.161	-1.126.832	0	-1.126.832
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.355.993	0	-1.355.993	0	-1.355.993
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	229.161	229.161	0	229.161
5.05.02.06	Ajustes acumulados de conversão reflexo	0	0	0	0	242.924	242.924	0	242.924
5.05.02.07	Hedge de investimento líquido reflexo	0	0	0	0	-9.054	-9.054	0	-9.054
5.05.02.08	Obrigações com benefícios de aposentadoria reflexo	0	0	0	0	7.578	7.578	0	7.578
5.05.02.09	Efeitos de investimento em ações e operações em tesouraria reflexos	0	0	0	0	-12.287	-12.287	0	-12.287
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	7.106.481	0	14.491.807	-1.355.993	11.154.530	31.396.825	0	31.396.825

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	7.106.481	0	10.834.222	0	9.268.386	27.209.089	0	27.209.089
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.106.481	0	10.834.222	0	9.268.386	27.209.089	0	27.209.089
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-184.737	0	0	-184.737	0	-184.737
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-184.737	0	0	-184.737	0	-184.737
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	559.290	-52.609	506.681	0	506.681
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	573.560	0	573.560	0	573.560
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-14.270	-52.609	-66.879	0	-66.879
5.05.02.06	Ajustes acumulados de conversão reflexos	0	0	0	0	-45.090	-45.090	0	-45.090
5.05.02.07	Obrigações com benefício de aposentadoria reflexos	0	0	0	-14.270	37.412	23.142	0	23.142
5.05.02.08	Ajustes ao valor justo de investimento em ações reflexos	0	0	0	0	-24.418	-24.418	0	-24.418
5.05.02.09	Ajustes em instrumentos financeiros reflexos	0	0	0	0	-20.513	-20.513	0	-20.513
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	7.106.481	0	10.649.485	559.290	9.215.777	27.531.033	0	27.531.033

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-896	-552
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-896	-552
7.03	Valor Adicionado Bruto	-896	-552
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-896	-552
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-1.346.754	542.651
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.347.153	1.090.287
7.06.02	Receitas Financeiras	10.623	6.988
7.06.03	Outros	-10.224	-554.624
7.06.03.01	Provisão para contingências	0	-554.624
7.06.03.02	Resultado de variação de percentual de participação societária	-10.224	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-1.347.650	542.099
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-1.347.650	542.099
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	434	-39.016
7.08.02.01	Federais	434	-39.016
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.909	7.555
7.08.03.03	Outras	7.909	7.555
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.355.993	573.560
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.355.993	573.560

Comentário do Desempenho

Litel Participações S.A.
Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2019

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Litel Participações S.A. (“Litel” ou “Companhia”) submete à apreciação dos Senhores as informações intermediárias da Companhia, acompanhadas do relatório de revisão auditores independentes, referentes ao período findo em 31 de março de 2019.

Perfil Corporativo

A Litel é uma sociedade anônima, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, constituída em 21 de julho de 1995, cujo objeto social é a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como sócia, cotista ou acionista. A sua atividade preponderante é a participação como acionista controladora de forma direta e indireta na Vale S.A. (“Vale”) e de forma direta na empresa Litela Participações S.A. (“Litela”).

A Litela é uma sociedade por ações de capital fechado, integralmente controlada pela Companhia, cujo objeto é a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais, com sede no país ou no exterior, como sócia, cotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais. A sua atividade preponderante é a participação direta no capital da Vale.

A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro e tem seus títulos negociados nas bolsas de valores de São Paulo – B3 (Vale3), Nova York – NYSE (VALE), Paris – NYSE Euronext (Vale3) e Madri – LATIBEX (XVALO).

A Vale e suas controladas diretas e indiretas têm como atividade preponderante a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos.

Os comentários do desempenho da Litel decorrem dos comentários de desempenho da sua controlada Vale. As operações da Vale e as suas informações relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2019, já foram divulgadas ao mercado e podem ser obtidas em www.vale.com.br ou por meio da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Aspectos Econômicos e Financeiros

Como a empresa de participação (“holding”), a Litel tem suas receitas operacionais originadas, basicamente, do resultado da equivalência patrimonial, mensurada conforme sua participação no patrimônio líquido de suas investidas, que em 31 de março de 2019 totalizou R\$ -1.348.108 (R\$ 1.075.856 em 31 de março 2018).

Litel Participações S/A

Gilmar Dalilo Cezar Wanderley – Diretor Financeiro
Renato Proença Lopes – Diretor Presidente e de Relação com Investidores
Marcel Juvianiano Barros – Diretor sem designação específica
Marilia de Oliveira Carmo – Diretora Administrativa

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2019

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Contexto operacional

A Litel Participações S.A. ("Litel" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 21 de julho de 1995 e tem por objetivo a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais com sede no Brasil ou no exterior, como sócia cotista ou acionista, quaisquer que sejam os objetos sociais. A Companhia possui participação direta na Litela Participações S.A. ("Litela") e conjuntamente são denominadas "Grupo". A Litel possui também participação de forma direta na Vale S.A. ("Vale") e de forma indireta por meio da sua controlada Litela.

A Litela é uma sociedade por ações de capital fechado, integralmente controlada pela Companhia, cujo objeto é a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais, com sede no país ou no exterior, como sócia-cotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais.

A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem como atividade preponderante a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos.

A Companhia é signatária do Acordo de Acionistas da Vale firmado em 14 de agosto de 2017, o qual estabelece as condições que regem os direitos e obrigações decorrentes da condição de acionista da Vale, regulando, por exemplo, o exercício do direito de voto, a indicação de membros ao Conselho de Administração e Diretoria da Vale, assim como, o direito de preferência.

A emissão dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração em 15 de maio de 2019.

2 Apresentação das informações contábeis intermediárias e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1 Base de apresentação

Informações intermediárias

As informações intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico - CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária, e de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2019

Essas informações foram preparadas com base nas mesmas práticas contábeis descritas nas notas explicativas nº 2 das demonstrações financeiras anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, divulgadas ao mercado, e devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações.

2.2 Consolidação

a. Controladas

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades.

As informações intermediárias consolidadas da Companhia refletem os saldos de ativos, passivos e patrimônio líquido de 31 de março de 2019 e de 31 de dezembro de 2018 e as operações dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e de 2018, da Companhia e de sua controlada direta Litela.

b. Informações contábeis intermediárias individuais

Nas informações contábeis intermediárias individuais a controlada e a controlada em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas informações intermediárias individuais quanto nas informações intermediárias consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.4 Ativos Financeiros

a. Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo e, são classificados segundo os preceitos do pronunciamento IFRS 9/ CPC 48 – Instrumentos Financeiros. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

b. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2019

c. *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5 Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Para ativos não financeiros de longa duração quando há indicação de redução do valor recuperável é identificado o menor grupo de ativos para os quais existam fluxos de caixa separadamente identificável ("unidade geradora de caixa" ou "UGC") e é realizado teste de impairment para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados. Se identificada a necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado a cada ativo. O valor recuperável é maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

Os saldos de goodwill são testados para impairment pelo menos uma vez por ano.

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2019

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 não foram identificadas evidências de *impairment* nos ativos financeiros da Companhia.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata e vencimento original em até três meses.

2.7 Investimentos em controladas e controladas em conjunto

O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

O investimento em controlada em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e inclui ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação do Grupo, pós-aquisição, é reconhecida da seguinte forma:

- (i) nos lucros ou prejuízos é reconhecida na demonstração do resultado;
- (ii) nos resultados abrangentes é reconhecida na demonstração do resultado abrangente;
- (iii) nas demais movimentações patrimoniais é reconhecida de forma reflexa no patrimônio líquido.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e sua controlada em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada em conjunto são uniformes com aquelas adotadas pelo Grupo.

Se a participação acionária for reduzida, mas for retida a influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em função de o ágio (*goodwill*), integrar o valor contábil dos investimentos, ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é testado como um único ativo, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável. Tal evidência pode ser obtida pela existência de uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo.

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
Informações contábeis intermediárias
 Período findo em 31 de março de 2019

As participações da Companhia na sua controlada e na sua controlada em conjunto, excluídas as ações em tesouraria, são as seguintes:

	% de participação no capital total	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Controladas		
Direta (consolidada):		
Litela Participações S.A.	100%	100%
Em conjunto (avaliada pelo MEP):		
Vale S.A. (*)	20,98%	20,98%

(*) Inclui 19,09% de participação direta e 1,89% de participação indireta por meio da Litela Participações S.A.

2.8 Resultado financeiro

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

A despesa financeira é composta basicamente pela atualização monetária de dividendos a pagar e pelos tributos incidentes sobre as receitas financeiras.

2.9 Capital social

O capital social, está representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado.

2.10 Demonstração do valor adicionado

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (DVA), consolidadas e da controladora, de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentadas como parte integrante das informações contábeis conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2019

3 Novas normas e interpretações

IFRS 16 Leases / CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil – Em janeiro de 2016 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leases (arrendamentos). O IFRS 16 substitui o IAS 17 – Leases e interpretações relacionadas. A adoção foi requerida a partir de 1º de janeiro de 2019 e não houve nenhum impacto na adoção deste pronunciamento nas informações contábeis intermediárias da Companhia, uma vez que não possui transações da natureza a que ele se refere.

IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de impostos – Esclarece os critérios para mensuração e reconhecimento do IAS 12 - Tributos sobre o lucro. A adoção foi requerida a partir de 1º de janeiro de 2019 e não houve nenhum impacto na adoção deste pronunciamento nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

4 Gestão de riscos

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar sua estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. Os riscos aos quais a Companhia está exposta decorrem substancialmente, das operações realizadas pela Vale.

A Vale desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com ela (risco de crédito), aqueles inerentes aos processos produtivos (risco operacional) e aqueles oriundos do risco de liquidez.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Disponibilidades	1	3	3	5
Fundos de Investimentos	213.179	211.930	219.229	218.013
	<u>213.180</u>	<u>211.933</u>	<u>219.232</u>	<u>218.018</u>

Está representada substancialmente pelos depósitos bancários à vista e aplicações em fundo de investimentos de curto prazo, administrado pela BB Administração de Ativos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Banco do Brasil) e cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em títulos de renda fixa, objetivando acompanhar a rentabilidade do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou à taxa Selic. O rendimento acumulado do referido fundo nos primeiros três meses de 2019 foi de 1% (5,98% em 2018).

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
 Informações contábeis intermediárias
 Período findo em 31 de março de 2019

6 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
IRPJ e CSLL	386.619	345.626	386.962	345.625
IRRF sobre recebimentos de JCP	-	28.580	-	28.580
IRRF sobre aplicações financeiras	8	4.503	9	4.849
	386.627	378.709	386.971	379.054
Ativo Circulante	373.952	366.034	374.296	366.379
Ativo não circulante	12.675	12.675	12.675	12.675
	386.627	378.709	386.971	379.054

A Companhia envia regularmente à Receita Federal requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), solicitando as restituições dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social pagos a maior e não utilizados para a compensação dos tributos correntes.

7 Investimentos**a. Investimentos – Controladora**

Dados das controladas	Litela	Vale
Patrimônio líquido em:		
31 de março de 2018	2.802.345	148.556.068
31 de dezembro de 2018	3.322.280	170.402.626
31 de março de 2019	3.220.491	165.091.632
Lucro líquido (prejuízo) em:		
31 de março de 2018	81.003	5.112.112
31 de dezembro de 2018	460.111	25.656.526
31 de março de 2019	(122.458)	(6.421.966)
Percentual de participação em:		
31 de março de 2018	100%	19,46%
31 de dezembro de 2018	100%	19,09%
31 de março de 2019	100%	19,09%
Quantidade de ações possuídas em:		
31 de março de 2018	28.386	1.011.457
31 de dezembro de 2018	28.386	978.747
31 de março de 2019	28.386	978.747

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
 Informações contábeis intermediárias
 Período findo em 31 de março de 2019

Movimentação dos investimentos	Litela	Vale	Total
Saldos dos investimentos em 31/12/2018	3.322.280	32.534.653	35.856.933
Equivalência patrimonial	(122.458)	(1.225.650)	(1.348.108)
Ajustes de avaliação patrimonial - Reflexo das controladas (*)	20.669	208.492	229.161
Resultado de variação de percentual de participação	-	(9.302)	(9.302)
Saldo de investimentos em 31/03/2019	3.220.491	31.508.193	34.728.684
Ágio do investimento em 31/03/2019	-	357.605	357.605
Saldo de investimentos + ágio em 31/03/2019	3.220.491	31.865.798	35.086.289

Movimentação dos investimentos	Litela	Vale	Total
Saldos dos investimentos em 31/12/2017	2.727.196	27.976.224	30.703.420
Equivalência patrimonial	81.003	994.853	1.075.856
Ajustes de avaliação patrimonial - Reflexo das controladas (*)	(5.854)	(61.024)	(66.878)
Saldo de investimentos em 31/03/2018	2.802.345	28.910.053	31.712.398
Ágio do investimento	-	369.556	369.556
Saldo de investimentos em 31/03/2018	2.802.345	29.279.609	32.081.954

(*) Os ajustes de conversão e de instrumentos financeiros reconhecidos no patrimônio líquido das investidas são registrados de maneira reflexa em outros resultados abrangentes no momento do ajuste da equivalência patrimonial.

(i) Vale S.A.

A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto com seus títulos negociado nas bolsas de São Paulo – B3 (Vale3), Nova York – NYSE (VALE), Paris – NYSE Euronext (Vale3) e Madri – LATIBEX (XVALO).

A Vale é produtora global de minério de ferro e pelotas, matérias-primas essenciais para a indústria siderúrgica e produtores de níquel, com aplicações na indústria de aço inoxidável e ligas metálicas utilizadas na produção de diversos produtos. A Vale também produz cobre, arvão térmico e metalúrgico, manganês, ferroligas, metais do grupo de platina, ouro, prata e cobalto.

Em 14 de agosto de 2017, a Litel, a Bradespar S.A., o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e a Mitsui & Co., Ltd. celebraram acordo de acionistas da Vale, vinculando 20% das ações ordinárias de emissão da Vale pelo prazo de três anos.

Em 18 de outubro de 2017, foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Vale e na Assembleia Especial de acionistas titulares de ações preferenciais Classe “A” da Vale a proposta de conversão da totalidade das ações preferenciais Classe “A” em ações ordinárias da Vale, na proporção de 0,9342 ação ordinária para cada ação preferencial Classe “A” detida. Desse modo, o capital social da Vale ficou dividido em 5.197.432 mil ações ordinárias, excluídas as ações em tesouraria.

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2019

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Vale era dividido em 5.197.432 mil ações ordinárias, excluídas as ações em tesouraria. Nessa mesma data, o investimento direto da Litel na Vale correspondia a 1.011.457 mil ações ordinárias, representativas de 19,46% do capital social total, excluídas as ações em tesouraria. Em 25 de julho de 2018, o Conselho de Administração da Vale aprovou um programa de recompra de suas ações ordinárias, limitado ao máximo de 80.000 mil ações ordinárias. Esse programa será executado por um período de até 12 meses e as ações recompradas serão canceladas após o término do programa e/ou alienadas por meio dos programas de remuneração executiva. Diante disso, em 31 de março de 2019, o capital social da Vale está dividido em 5.126.258 mil ações ordinárias, excluídas as ações em tesouraria, e o investimento direto da Litel na Vale corresponde a 978.747 mil ações ordinárias, representativas de 19,09% do capital social total, excluídas as ações em tesouraria.

Na Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Vale realizada em 27 de fevereiro de 2018 foi aprovada a deliberação de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 2.539.006, correspondente ao valor total bruto de R\$ 0,488511766 por ação ordinária, cabendo a Litel o montante de R\$ 494.109 e, R\$ 47.398 correspondente ao percentual de participação da Litela.

Em 2019 a Vale utilizou 2.024.059 de ações em tesouraria para pagamento do programa Matching dos seus executivos elegíveis, conforme previsto no seu programa de recompra de ações. Diante disso, em 31 de março de 2019, o capital social da Vale está dividido em 5.128.282 mil ações ordinárias, excluídas as ações em tesouraria, e o investimento direto da Litel na Vale corresponde a 978.747 mil ações ordinárias, representativas de 19,09% do capital social total, excluídas as ações em tesouraria. A variação no percentual de participação ocorrida em 2019, de -0,007535%, oriunda do programa de recompra de ações da Vale, gerou uma perda de R\$ 9.302.

O rompimento da barragem de Brumadinho, ocorrida em 25 de janeiro de 2019, gerou algumas provisões no balanço da Vale de 31 de março de 2019 no montante aproximado de R\$ 17.315.266, conforme descrito na nota explicativa nº 13. Dessa maneira, o impacto destas provisões de forma proporcional a participação da Litel na Vale via equivalência patrimonial foi de R\$ 3.604.666.

(ii) Litela Participações S.A.

O saldo de investimento corresponde a 28.386 mil ações ordinárias representativas de 100% do capital total e votante da Litela, empresa constituída em 30 de janeiro de 2003. O objeto social da Litela é a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais, com sede no país ou no exterior, como sócia-cotista ou acionistas, quaisquer que sejam seus objetos sociais.

Em 31 de março de 2019 a Litela participa como acionista no capital social da Vale, da qual possui 97.027 mil ações ordinárias, representativas de 1,89% do capital total da Vale, excluídas as ações em tesouraria.

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
 Informações contábeis intermediárias
 Período findo em 31 de março de 2019

b. Investimentos - consolidado**Vale S.A.**

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Vale	31.508.193	32.534.652
Vale (participação indireta no investimento da Litela)	3.123.520	3.225.276
	34.631.713	35.759.928
Ágio sobre o investimento da Litel	357.605	357.605
Ágio sobre o investimento da Litela	403.345	403.345
	760.950	760.950
	35.392.663	36.520.878

A amortização do ágio teve início em abril de 2001 e o saldo foi amortizado, de forma linear, até 31 de dezembro de 2008. O ágio não está sendo amortizado desde então, porém, sujeito ao teste de recuperabilidade (*impairment*).

Para fins de teste do valor recuperável do investimento, a Companhia analisa anualmente indicadores internos e externos, a partir de premissas disponíveis no mercado, tais como projeção de preço das *commodities* e volumes de produção. É considerado também o critério de valor de mercado, utilizando a média ponderada das ações da Vale.

Concluimos, portanto, que o valor da Companhia investida em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, segundo nossas estimativas, supera o montante do saldo contábil do investimento incluindo a parcela do ágio não amortizado, dessa forma não sendo requerido nenhum ajuste de *impairment*.

8 Imposto de renda e contribuição a pagar/ Tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
IRPJ e CSLL	434	-	434	9
PIS e COFINS	128	41	130	46
Outros tributos a pagar	10	40	12	42
	572	81	576	97

9 Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social subscrito e integralizado, que compõe o patrimônio líquido para fins contábeis, em 31 de março 2019 e 31 de dezembro de 2018 é composto por 275.514.349 ações, sendo

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
 Informações contábeis intermediárias
 Período findo em 31 de março de 2019

247.128.345 ações ordinárias, 730 ações preferenciais Classe A e 28.385.274 ações preferenciais classe B, todas sem valor nominal.

A participação acionária em 31 de março de 2019 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações							
	ON	%	PNA	%	PNB	%	Total	%
Fundo de Investimento em Ações Banco do Brasil Carteira Ativa	193.740.143	78,40%	249	34,11%	28.385.274	100,0%	222.125.666	80,62%
Fundo de Investimento em Ações Carteira Ativa II	31.688.443	12,82%	26	3,56%	-	0,00%	31.688.469	11,50%
Singular Fundo de Investimento em Ações	2.583.919	1,04%	2	0,27%	-	0,00%	2.583.921	0,94%
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	74	0,00%	146	20,00%	-	0,00%	220	0,00%
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS	19.115.693	7,74%	161	22,06%	-	0,00%	19.115.854	6,94%
Fundação CESP	73	0,00%	146	20,00%	-	0,00%	219	0,00%
	247.128.345	100,0%	730	100,0%	28.385.274	100,0%	275.514.349	100,0%

b. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite fixado pela legislação societária de 20% do capital social. Seu saldo é de R\$ 1.421.296.

A Companhia deixou de constituir a partir de 2012 a referida reserva por ter atingido os limites legais.

c. Reserva de lucros a realizar

Constituída em função de lucros existentes economicamente, mas não disponíveis financeiramente, oriundos dos ajustes do investimento pelo método da equivalência patrimonial. Essa reserva, no montante de R\$ 13.070.511, poderá ser distribuída como dividendos na medida em que os lucros forem realizados ou tornarem-se financeiramente disponíveis.

d. Distribuição de resultados

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a lei societária. O montante de passivos circulantes correspondentes aos dividendos a pagar representam obrigações da Companhia junto a seus acionistas. A Companhia delibera sobre o pagamento desses passivos com base no fluxo de dividendos que são recebidos da controlada em conjunto Vale. A administração acredita que os dividendos a serem recebidos de Vale no futuro, serão suficientes para quitar os dividendos em aberto, além dos dividendos mínimos obrigatórios gerados anualmente.

e. Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada do total de ações emitidas durante o exercício. Para os períodos findo em 31 de março de 2019 e 2018 não houve variação na quantidade de

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
 Informações contábeis intermediárias
 Período findo em 31 de março de 2019

ações ordinárias e preferenciais da Companhia.

f. Dividendos e juros sobre capital próprio

Em 28 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 184.738 a título de juros sobre capital próprio relativos à reversão parcial da reserva de lucros a realizar constituída em exercícios anteriores.

10 Resultado financeiro e despesas administrativas**a. Despesas Administrativas**

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de março de 2018	31 de março de 2019	31 de março de 2018
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(750)	(422)	(869)	(524)
Remuneração de conselheiro	(20)	(22)	(20)	(22)
Tributos (*)	(4)	(45.709)	(4)	(50.094)
Outros	(3)	(1)	(3)	(1)
	<u>(777)</u>	<u>(46.154)</u>	<u>(896)</u>	<u>(50.641)</u>

(*) Referem-se, basicamente, ao PIS e COFINS incidentes sobre o montante de JCP deliberado pela Vale.

b. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de março de 2018	31 de março de 2019	31 de março de 2018
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	3.101	4.665	3.186	4.835
Variações monetárias - créditos fiscais	7.431	1.926	7.437	2.153
	<u>10.532</u>	<u>6.591</u>	<u>10.623</u>	<u>6.988</u>
Despesas financeiras				
Variações monetárias - dividendos a pagar	(7.299)	(7.084)	(7.299)	(7.084)
Tributos sobre receitas financeiras	(490)	(307)	(494)	(358)
Outras despesas financeiras	(116)	(113)	(116)	(113)
	<u>(7.905)</u>	<u>(7.504)</u>	<u>(7.909)</u>	<u>(7.555)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>2.627</u>	<u>(913)</u>	<u>2.714</u>	<u>(567)</u>

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2019

11 Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e de outras naturezas. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui nenhum processo considerado como de perda provável. Os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras, conforme preceitos estabelecidos no CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (IAS 37).

Litígios Elétron:

A Litel foi parte em um Procedimento Arbitral instaurado pela Elétron S.A. contra a Companhia e a Bradespar S.A., no qual a Elétron requereu o direito de adquirir um número específico de ações ordinárias da Valepar S.A. (“Call Citibank”), e de ser indenizada por eventuais perdas e danos. Nas sentenças parcial e final proferidas, respectivamente, nos anos de 2009 e 2011, o Tribunal Arbitral decidiu que a Bradespar e a Litel, de forma solidária estariam obrigadas a proceder à venda de 37.500.000 ações ordinárias da Valepar S.A. à Elétron contra o pagamento de R\$ 632.007 corrigido pela UFIR-RJ, entre 12 de junho de 2007 e a data de seu efetivo pagamento, além de ressarcir os dividendos e juros sobre o capital próprio efetivamente pagos às ações objeto de transferência, a partir de 11 de junho de 2007 corrigidos pelo CDI. A Litel, por meio de seus advogados, ingressou com ação anulatória contra a sentença parcial e outra ação anulatória contra a sentença final (“Ações Anulatórias”).

Ainda relacionado à arbitragem supramencionada, Litel e Bradespar também eram partes em uma ação de execução de sentença arbitral, proposta pela Elétron S.A. visando compeli-las à venda de 37.500.000 Ações Ordinárias da Valepar, a qual foi convertida em obrigação de fazer em perdas e danos.

A Litel também era parte em outro Procedimento Arbitral instaurado pela Elétron S.A. contra a Companhia, Bradesplan, Clube de Investimentos dos Empregados da Vale - Investvale e Sweet River Investments, no qual a Elétron requeria, em síntese, a condenação das Requeridas por supostos prejuízos correspondentes à diminuição indevida de sua participação no capital social da Valepar, considerada à época do aumento de capital, abrangendo os lucros cessantes, incluindo mas não se limitando aos dividendos e lucros sobre capital próprio.

Em 2015, dentro do mesmo contexto da ação de execução de sentença arbitral acima mencionada, a Elétron S.A. instaurou um novo procedimento arbitral visando o ressarcimento dos eventuais prejuízos que ainda serão apurados no decorrer da Arbitragem.

Em 26 de setembro de 2018, foi homologado pelo juízo da 5ª Vara Empresarial o termo de Transação Extintiva de Litígio (“Transação”) entre Litel, Bradespar e Elétron, nos autos da

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2019

Ação de Execução, encerrando de todos os três litígios supracitados (Arbitragem nº 2010.00863 - “Expansão Valepar”, Ação de Execução nº 0338801-16.2014.8.19.0001 e Arbitragem nº 2015.00905 – 3ª Arbitragem) além das ações anulatórias distribuídas por Litel (Ação Anulatória nº 0093326-60.2010.8.19.0001 e Ação Anulatória nº 0495870-19.2011.8.19.0001) e ações anulatórias propostas por Bradespar, assim como todos os recursos e incidentes a elas relacionados. Em contrapartida para o encerramento dos litígios, Litel e Bradespar efetivaram o pagamento na mesma data do valor de R\$ 2.820.000, de forma solidária e na proporção de 50% cada uma em moeda nacional corrente. Extinta a execução, na forma do art. 924, II, do CPC, a Elétron conferiu quitação à Litel e Bradespar, e Litel e Bradespar à Elétron, de forma ampla, geral e irrestrita, em caráter irretratável e irrevogável, sobre todas e quaisquer divergências existentes e que possam existir relativos aos eventos ocorridos por força dos fatos objeto das ações judiciais e arbitrais, bem como sobre quaisquer fatos acerca da sua participação na Valepar e das obrigações constantes do Acordo de Acionistas Valepar.

O valor de R\$1.410.000, correspondente aos 50% de responsabilidade da Litel, foi contabilizado no resultado do exercício em 26 de setembro de 2018 (R\$ 1.185.386 já havia sido contabilizado no trimestre findo em 30 de junho de 2018, ainda como uma provisão).

Em novembro de 2018, a Litel propôs ação em face de Bradespar e Bradesplan pleiteando o ressarcimento dos valores desembolsados no âmbito da Transação (acima definida). Tal processo instaurado tramita em segredo de justiça e é classificado como chance de êxito possível pelos advogados que patrocinam a causa. Em resposta, Bradespar e Bradesplan apresentaram em março de 2019 a contestação e reconvenção. Na reconvenção, Bradespar e Bradesplan apresentaram pedido requerendo da Litel uma indenização equivalente a R\$ 705.000, o qual é classificado como chance de êxito possível pelos advogados que patrocinam a causa. A Companhia na sequência apresentou a sua réplica e resposta à reconvenção.

12 Partes relacionadas

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia não tem quaisquer saldos e/ou transações inseridas ou não inseridas no seu contexto operacional com partes relacionadas, exceto as aplicações em fundo de investimento e operações compromissadas no Banco do Brasil, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5, bem como não possui quaisquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores, clientes ou financiadores com os quais a Companhia mantém uma relação comercial.

Em 31 de março de 2019, o saldo de R\$ 4.601.251 (R\$ 4.593.953 em 31 de dezembro de 2018) relativo ao passivo com partes relacionadas refere-se a dividendos e juros sobre capital próprio a pagar aos seus acionistas, que poderão ser quitados quando do recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

13 Rompimento da barragem de Brumadinho da controlada em conjunto Vale S.A.

Considerando a participação relevante que a Companhia possui na Vale e, por ser este o seu principal ativo, julgamos relevante destacar o rompimento da Barragem I da Mina do Córrego do Feijão da Vale, que pertence ao Complexo Paraopebas no Sistema Sul, localizada em

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2019

Brumadinho, Minas Gerais, Brasil (“Barragem de Brumadinho”), ocorrido em 25 de janeiro de 2019. Os valores que estão sendo apresentados nos parágrafos a seguir encontram-se em reais.

Em 25 de janeiro de 2019, ocorreu o rompimento da Barragem I da Mina do Córrego do Feijão, que pertence ao Complexo Paraopebas no Sistema Sul, localizada em Brumadinho, Minas Gerais, Brasil (“Barragem de Brumadinho”). Essa barragem foi construída pelo método de alteamento a montante, estava inativa desde 2016 (sem descarte adicional de rejeitos) e não havia nenhuma outra atividade operacional na barragem.

Pelo método “a montante”, a barragem é erguida através da construção de camadas sucessivas (“alteamento”) sobre os rejeitos acumulados no reservatório. Existem dois outros métodos de alteamento, o método “a jusante” e o método “centro de linha”. Cada um desses métodos apresenta um perfil de risco diferente.

Em decorrência do rompimento da Barragem de Brumadinho (“evento”), 270 pessoas perderam suas vidas ou estão desaparecidas. Aproximadamente 11,7 milhões de toneladas de rejeitos de minério de ferro estavam depositados na Barragem de Brumadinho e ainda não se sabe o exato volume que saiu da estrutura por ocasião de seu rompimento. Os rejeitos percorreram cerca de 270 km de extensão, destruindo instalações da Vale, afetando as comunidades locais e causando impactos ao meio ambiente. O rio Paraopeba e seus ecossistemas também foram impactados pelo evento.

A Vale vem adotando todas as ações julgadas necessárias para o amparo das vítimas e a mitigação e reparação dos danos, sociais e ambientais, decorrentes do rompimento. A Vale proporcionou esse suporte mediante diversas frentes de ação, com o objetivo de assegurar toda a assistência humanitária necessária aos afetados pelo rompimento da barragem.

A Vale estabeleceu três Comitês Independentes de Assessoramento Extraordinário para dar suporte ao Conselho de Administração. Os membros destes comitês são independentes e não relacionados com a administração ou as operações da Vale, para garantir que suas iniciativas e ações sejam imparciais. Os comitês estão relacionados a seguir:

- (i) O Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Apuração (“CIAEA”), dedicado à investigação das causas e responsabilidades pelo rompimento da Barragem de Brumadinho;
- (ii) O Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Apoio e Reparação (“CIAEAR”), dedicado ao acompanhamento das medidas tomadas para o suporte e reparação dos atingidos e recuperação das áreas afetadas pelo rompimento da Barragem de Brumadinho, assegurando que todos os recursos necessários serão aplicados; e
- (iii) O Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Segurança de Barragens (“CIAESB”), dedicado a assessorar o Conselho de Administração nas questões relacionadas ao diagnóstico das condições de segurança, gerenciamento e mitigação de risco relacionados às barragens de rejeitos da Vale, bem como recomendar medidas a serem tomadas para reforçar as condições de segurança das barragens utilizadas pela Vale.

Adicionalmente, a Vale determinou a suspensão (i) da remuneração variável de seus executivos; (ii) da Política de Remuneração aos Acionistas e (iii) de qualquer outra deliberação relacionada à recompra de ações.

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2019

a) Impactos financeiros decorrentes do rompimento da barragem

No estágio atual das investigações, apurações das causas e possíveis ações de terceiros contra a Vale, não é possível determinar todos os potenciais custos que podem ser incorridos em decorrência do evento, portanto, os valores que estão sendo divulgados nestas demonstrações financeiras intermediárias foram determinados com base nas melhores estimativas da Administração e consideram os fatos e circunstâncias conhecidos até o momento. Os impactos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do período estão apresentados a seguir:

Balanço Patrimonial
(Em milhões de reais)

	31 de março de 2019		
	Circulante	Não circulante	Total
Ativos			
Outros ativos financeiros - Caixa restrito	432	-	432
Depósitos judiciais			
Processos cíveis	-	6.748	6.748
Processos trabalhistas	-	1.611	1.611
Processos ambientais	-	4.251	4.251
Total de ativos	432	12.610	13.042
Passivos			
Provisões			
Descaracterização das barragens a montante	614	6.523	7.137
Passivos relacionados a Brumadinho			
Acordo com o Ministério Público do Trabalho	949	-	949
Acordo com o Ministério Público e Defensoria Pública	4.931	2.919	7.850
Sanções administrativas - IBAMA	250	-	250
Doações	268	-	268
	6.398	2.919	9.317
Total do passivo	7.012	9.442	16.454

Além do caixa restrito e dos depósitos judiciais, a Vale possui R\$3,75 bilhões bloqueados utilizando 75.325.801 ações ordinárias mantidas em tesouraria (vide detalhes abaixo em “Ações judiciais”).

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2019

Demonstração do resultado*(Em milhões de reais)*

	Período de três meses findo em 31 de março de 2019
Evento de Brumadinho	
Descaracterização das barragens a montante	7.137
Provisões relacionadas ao evento de Brumadinho	9.317
Despesas incorridas (*)	392
Outros	469
	17.315
Pré operacionais e paradas de operação	
Parada de operação	605
Redução ao valor recuperável e baixa de ativos não circulantes	
Baixa de ativos	585
Total	18.505

(*) Efeito caixa, cujo detalhamento por natureza está demonstrado abaixo em “Doações e outras despesas incorridas”.

b) Descaracterização das barragens*(i) Barragens a montante*

Em 29 de janeiro de 2019, a Vale formalizou ao mercado e às autoridades brasileiras sua intenção de acelerar o plano de descaracterização de todas as suas barragens de contenção de rejeitos de mineração construídas pelo método de alteamento a montante (o mesmo método da Barragem de Brumadinho) existentes no Brasil. A descaracterização significa que a estrutura será desmobilizada e perderá por completo as características de barragem.

Antes do evento, os planos para o descomissionamento dessas barragens até então eram baseados em métodos que asseguravam a estabilidade física e química das estruturas, sem necessariamente prever, a retirada completa e eventual processamento dos rejeitos existentes. Após o evento, a Vale vem trabalhando para desenvolver um plano detalhado de engenharia para a descaracterização de cada uma dessas barragens.

Com base no estágio atual, os planos atualizados indicam que para algumas dessas barragens “a montante”, a Vale terá primeiro que reforçar à jusante os maciços dessas barragens, para então concluir a descaracterização, de acordo com as condições geotécnicas e geográficas de cada barragem “a montante”. Também foi levada em conta a necessidade de construção de contenções adicionais para algumas barragens, de acordo com seu nível de segurança. Portanto, houve uma revisão dos custos totais e do tempo esperado para as saídas de caixa, levando em consideração os estudos de engenharia atualizados. Ainda, durante o mês de março de 2019, foram protocolados os conceitos de projeto para descaracterização das barragens, cujo desenvolvimento conceitual está previsto para conclusão em agosto de 2019 e está sujeito a revisão e aprovação das autoridades competentes. Assim, com base nas informações disponíveis na data da elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias, a estimativa de custos resultou no reconhecimento de uma provisão de R\$7,1 bilhões em 31 de março de 2019, ajustado a valor presente pela taxa de 4,38%, considerando o fluxo de desembolso esperado.

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2019

A mensuração dos custos e o registro da referida provisão levam em consideração diversas premissas e estimativas que dependem de fatores, alguns dos quais não estão sob o controle da Vale. As principais estimativas e premissas críticas aplicadas consideram, dentre outros: (i) o volume de rejeitos a ser removido que foi baseado nas informações históricas disponíveis e na interpretação das leis e regulamentos que estão em vigor; (ii) a disponibilidade de locais para o depósito dos rejeitos; e (iii) a aprovação dos métodos e soluções de engenharia apresentados para as autoridades competentes. Portanto, mudanças nas premissas e estimativas relevantes poderão resultar em alteração significativa no montante provisionado em 31 de março de 2019.

(ii) Outras estruturas

Além das barragens mencionadas acima, outras 4 estruturas não obtiveram a renovação de suas Declarações de Condição de Estabilidade (“DCE”), em função do novo fator de segurança estabelecido pela Agência Nacional de Mineração (“ANM”), ocasionando a paralisação dessas estruturas.

Especialistas externos revisaram todas as informações disponíveis das estruturas adotando novas interpretações, mais conservadoras, para determinação dos fatores de segurança. Para garantir a estabilidade dessas estruturas, a Vale está trabalhando para concluir, com base nos parâmetros adotados por esses especialistas e seguindo as determinações principalmente emitidas pela ANM, se a Vale precisará adotar qualquer medida para aumentar os fatores de segurança ou realizar a descaracterização dessas 4 estruturas. Também foram identificados diques construídos pelo método de alteamento a montante, que fazem parte da estrutura de algumas barragens a jusante, com relação aos quais, a Vale também está avaliando a necessidade ou não de descaracterização.

Em função do estágio atual dos estudos e análises, ainda não é possível estimar o potencial montante de uma provisão adicional para a descaracterização dessas estruturas, tampouco se outras estruturas ou diques serão identificados durante avaliações que estão em andamento ou devido a eventuais novos padrões para a condição de estabilidade.

(iii) Coligadas

Algumas das coligadas da Vale também operam estruturas semelhantes de barragens, que estão expostas as circunstâncias detalhadas nos itens i) e ii) acima. No entanto, essas investidas ainda não desenvolveram um plano detalhado e, portanto, não estimaram de maneira suficientemente confiável, ainda que preliminarmente, os custos e o tempo estimado para a descaracterização de suas barragens de rejeitos a montante. Essas coligadas ainda estão desenvolvendo estudos específicos para reintegrar à barragem e seu conteúdo ao ambiente local e até o momento não é possível determinar se a Vale irá refletir as despesas potenciais relacionadas à provisão dessas investidas.

c) Paradas de operação

Para realizar com segurança a descaracterização das barragens, a Vale paralisou temporariamente a produção das unidades, localizadas no sistema sul, onde as estruturas de barragem a montante estão localizadas. A paralisação pode resultar em uma perda anual de produção estimada em aproximadamente 40 milhões de toneladas de minério de ferro, baseado

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2019

no volume produzido em 2018. Como referência, a Vale vendeu 364 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas em 2018. Adicionalmente, a Vale possui outras operações que se encontram temporariamente suspensas, por decisões judiciais ou por análises técnicas das barragens efetuadas pela Vale, que podem resultar em uma perda de venda anual de 22,8 milhões de toneladas de minério de ferro. A Vale está trabalhando em medidas técnicas e legais para a retomada dessas operações.

A Vale registrou uma perda de R\$605 milhões relacionada a parada de operação e capacidade ociosa do segmento de minerais ferrosos reconhecido no resultado como “Pré-operacionais e paradas de operação” no período de três meses findo em 31 de março de 2019.

d) Baixa de ativos

Como resultado do evento e em conjunto com a decisão de aceleração do plano de descaracterização das barragens a montante, a Vale reconheceu uma perda de R\$585 milhões como “Redução ao valor recuperável e baixa de ativos não circulante” no período de três meses findo em 31 de março de 2019, referente à baixa dos ativos da mina Córrego do Feijão e os relacionados às demais barragens a montante no Brasil.

A Vale avaliou o risco de redução ao valor recuperável considerando as circunstâncias atuais, e concluiu que não há perdas adicionais a serem reconhecidas neste momento.

e) Acordos

A Vale vem trabalhando junto às autoridades competentes e com a sociedade para reparar os impactos ambientais e sociais decorrentes do evento. Nesse sentido, a Vale realizou negociações e celebrou acordos com as autoridades competentes, bem como com pessoas afetadas pelo evento.

(i) Ministério Público do Trabalho

Em 15 de fevereiro de 2019, a Vale celebrou um acordo parcial com o Ministério Público do Trabalho para indenizar os empregados diretos e terceirizados da mina do Córrego do Feijão que foram impactados pelo término da operação. Nos termos do acordo, a Vale manterá os empregos dos seus empregados diretos até 31 de dezembro de 2019. Quanto aos empregados terceirizados que foram dispensados, a Vale auxiliará na sua recolocação no mercado ou manterá o pagamento do seu salário até 31 de dezembro de 2019.

A Vale adicionalmente manterá regularmente o pagamento dos salários das pessoas desaparecidas até que sejam consideradas vítimas fatais do evento pelas autoridades competentes, assim como pagará às famílias das vítimas fatais um montante equivalente à 2/3 de seus salários até 31 de dezembro de 2019 ou até a celebração de um acordo final com o Ministério Público do Trabalho.

A Vale estimou a provisão com base nos termos do acordo parcial e levando em consideração as informações disponíveis até o momento. No entanto, como a Vale não teve acesso a todas as informações necessárias e ainda não fechou o acordo final com a definição dos montantes de indenização, a Administração aplicou julgamento na determinação das principais premissas utilizadas para a estimativa da provisão. As principais premissas adotadas foram (i) remuneração média, (ii) a idade e o número estimado de parentes dos afetados pelo evento e (iii)

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2019

a taxa de desconto. O valor estimado para cumprir com o compromisso firmado resultou no reconhecimento de uma provisão no valor de R\$885 milhões em 31 de março de 2019.

A Vale fornecerá, ainda, o benefício de seguro médico vitalício aos cônjuges viúvos e um benefício semelhante aos dependentes das vítimas até que completem 22 anos. A Vale reconheceu uma provisão no valor de R\$64 milhões em 31 de março de 2019, calculado com base em premissas atuariais.

(ii) Governo Federal, Estado de Minas Gerais, Ministério Público e Defensoria Pública

Em audiência judicial realizada em 20 de fevereiro de 2019, no âmbito da ação civil pública nº 5010709-36.2019.8.13.0024, em trâmite perante a 6ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Belo Horizonte, a Vale firmou um acordo preliminar junto ao Estado de Minas Gerais, ao Governo Federal, e representantes do Ministério Público Federal e do Estado de Minas Gerais e da Defensoria Pública Federal e do Estado de Minas Gerais nos termos do qual assumiu a obrigação de realizar o pagamento emergencial aos moradores de Brumadinho e das comunidades que estiverem localizadas até um quilômetro do leito do Rio Paraopeba, desde Brumadinho até a cidade de Pompéu, mediante prévio cadastro.

Em razão desse acordo, a Vale vai antecipar as indenizações por meio de pagamentos mensais, para cada membro da família e durante um período de 12 meses. Tais pagamentos mensais variam, entre outros, em função da idade.

O acordo ainda prevê as seguintes medidas: (i) contratação de assessoria técnica independente para que auxiliem aos atingidos, que assim desejarem na avaliação das suas indenizações individuais; e (ii) reembolso ou custeio direto das despesas extraordinárias do Estado de Minas Gerais, seus órgãos e sua Administração indireta em razão do rompimento, inclusive despesas de transporte, alojamento e alimentação dos servidores envolvidos nos trabalhos de resgate e demais ações emergenciais.

O valor total desta obrigação pode variar dependendo do número de beneficiários que serão cadastrados e do número de parentes com direito à indenização. Portanto, a Vale estimou o custo total associado à obrigação assumida com base no número esperado de pessoas e usando premissas demográficas, resultando no reconhecimento de uma provisão no valor de R\$1 bilhão em 31 de março de 2019.

Em 5 de abril de 2019, a Vale e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais formalizaram termo de compromisso por meio do qual as pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Brumadinho podem optar por negociar com a Vale a celebração de acordos extrajudiciais, individuais ou por grupo familiar, para estabelecer a indenização por danos materiais e morais por eles sofridos. Este termo de compromisso inclui uma ampla variedade de danos, os quais foram estabelecidos com base na melhor prática e na jurisprudência dos Tribunais brasileiros, sob os quais a Vale aplicou julgamento significativos na determinação das premissas utilizadas na elaboração da melhor estimativa para cada item no escopo do termo de compromisso.

O montante estimado de provisão leva em consideração o volume esperado de reivindicações para cada item e o prazo esperado para resolução dos acordos de indenização para os indivíduos e suas famílias. Esta provisão também leva em consideração premissas demográficas, taxa de desconto e o valor de mercado atual de determinados itens que estão no escopo do termo de compromisso. Portanto, com base na melhor estimativa e considerando as incertezas

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2019

relacionadas aos possíveis desfechos, tendo em vista que os acordos firmados podem ser diferentes em relação às premissas adotadas pela Administração, a Vale, reconheceu uma provisão no valor de R\$6, 8 bilhões em 31 de março de 2019, ajustado a valor presente pela taxa de 4,38%, considerando o fluxo de desembolso esperado.

f) Doações e outras despesas incorridas

(i) Doações

A Vale celebrou um termo de doação com o Município de Brumadinho mediante o qual doará ao município o valor aproximado de R\$80 milhões, em um prazo de 2 anos. A Vale também celebrou um termo de compromisso com a Associação de Municípios Mineradores de Minas Gerais (“AMIG”) mediante o qual a Vale se comprometeu a realizar doações emergenciais a determinados municípios mineiros no valor total de R\$100 milhões, além de termos de doação com outras instituições no valor total de R\$114 milhões. Adicionalmente, a Vale ofereceu doações a famílias com entes desaparecidos ou falecidos e às famílias que residiam nas áreas da Zona de Autossalvamento (ZAS) da barragem rompida e àqueles que desenvolviam atividades produtivas nas ZAS.

(ii) Meio ambiente e fauna

A Vale está construindo diques de contenção para reter os rejeitos depositados nas áreas impactadas. A Vale também promoveu a instalação de barreiras antiturbidez no Rio Paraopeba, para conter a evolução da mancha de turbidez, além da mobilização para dragagem de parte do material liberado, incluindo a limpeza e o desassoreamento da calha do rio Paraopeba.

Além disso, foram instalados pontos de coletas diárias de água e sedimento ao longo do Rio Paraopeba, reservatório Três Maias e rio São Francisco.

A Vale conta, ainda, com estruturas dedicadas e equipes especializadas para resgate, acolhimento e tratamento exclusivo dos animais resgatados das áreas impactadas, possibilitando o atendimento emergencial e recuperação para que, após autorização veterinária, eles sejam devolvidos aos seus lares e respectivos tutores.

Além disso, a Vale pagou multas administrativas impostas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD MG, no valor de R\$100 milhões.

Os potenciais passivos ambientais resultantes do rompimento da barragem podem ser significativos, no entanto, a Vale não pode estimar de forma suficientemente confiável o montante das possíveis perdas ou acordos ou estimar o momento para o desembolso das obrigações relacionadas ao meio ambiente, devido ao estágio preliminar das negociações com as autoridades competentes.

(iii) Despesas incorridas

A Vale incorreu nos seguintes gastos no período de três meses findo em 31 de março de 2019:

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2019

<i>(Em milhões de reais)</i>	Período de três meses findo em 31 de março de 2019
Despesas incorridas	
Sanções administrativas	100
Doações às pessoas afetadas e municípios	68
Perfuração e infraestrutura	7
Recuperação Ambiental	62
Assistência médica e outros materiais	18
Combustível e transporte	14
Outros (*)	123
Total	392

(*) Incluem gastos com comunicação, realocações, assistência humanitária, equipamentos, serviços jurídicos, água, ajuda alimentícia, impostos, entre outros.

g) Contingências e outras questões legais

A Vale está sujeita a contingências significativas em razão do rompimento da Barragem de Brumadinho. A Vale já é parte em diversas investigações e processos judiciais e administrativos movidos por autoridades e pessoas afetadas. Novos processos são esperados. A Vale ainda está avaliando essas contingências e realizará provisões, com base nas evoluções desses processos. Devido ao estágio preliminar das investigações e processos, não é possível determinar um conjunto de resultados ou estimativas confiáveis da exposição potencial relacionada à ruptura da barragem neste momento, em adição aos montantes reconhecidos até o momento.

(i) Ações judiciais

Em 27 de janeiro de 2019, após liminares concedidas relativamente aos requerimentos do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e do Estado de Minas Gerais, a Vale sofreu bloqueios e ordens de transferências judiciais totalizando R\$11 bilhões nas contas bancárias da Vale para garantir a adoção das medidas necessárias para assegurar a estabilidade de outras barragens do complexo de minas do Córrego do Feijão, proporcionar acomodação e assistência às pessoas afetadas, remediar os impactos ambientais, entre outras obrigações.

Em 31 de janeiro de 2019, o Ministério Público do Trabalho ajuizou uma Ação Civil Pública e duas decisões preliminares foram concedidas determinando o bloqueio de R\$1,6 bilhão nas contas bancárias da Vale para assegurar a indenização de empregados diretos e terceirizados que trabalhavam na mina Córrego do Feijão no momento do rompimento da Barragem de Brumadinho.

Em 18 de março de 2019, Ministério Público do Estado de Minas Gerais propôs Ação Civil Pública, na qual foi proferida decisão liminar de forma a determinar o bloqueio de R\$1 bilhão em ativos da Vale para garantir o ressarcimento das perdas sofridas em razão da remoção da

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2019

população da área de Sebastião de Águas Claras – comunidade de Macacos.

Em 25 de março de 2019, Ministério Público do Estado de Minas Gerais propôs Ação Civil Pública, na qual foram proferidas decisões liminares determinando o bloqueio do total de R\$3 bilhões em ativos da Vale para garantir o ressarcimento das perdas sofridas em razão da remoção da população da área de Barão de Cocais.

Em 28 de março de 2019, Ministério Público do Estado de Minas Gerais propôs Ação Civil Pública na qual foi proferida decisão liminar de forma a determinar a suspensão de R\$1 bilhão em ativos da Vale para garantir o ressarcimento das perdas sofridas em razão da remoção da população da área de Nova Lima.

Ao todo, cerca de R\$16,9 bilhões de ativos da Vale foram bloqueados, sendo que deste montante cerca de R\$432 milhões foram bloqueados nas contas bancárias da Vale, R\$12,6 bilhões foram convertidos em depósitos judiciais e R\$3,75 bilhões foram assegurados utilizando 75,325,801 ações em tesouraria do total de 156.192.313 ações em tesouraria detidas pela Vale em 31 de março de 2019. Adicionalmente, a Vale possui seguro garantia no valor de R\$5,3 bilhões oferecidos como garantia de depósitos judiciais.

Outras ações coletivas e individuais relacionadas ao rompimento da Barragem de Brumadinho foram arquivadas. Algumas ações coletivas foram julgadas extintas pelo juízo de primeira instância.

(ii) Sanções administrativas

A Vale foi notificada da imposição de multas administrativas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”), no valor de R\$250 milhões, que a Vale espera liquidar através de projetos ambientais e, portanto, esse montante foi provisionado em 31 de março de 2019.

Adicionalmente, a Vale foi notificada de uma multa diária de R\$100 mil, lavrada em 07 de fevereiro de 2019, até que IBAMA concorde que a Vale executou de forma integral e satisfatória o plano de salvamento de fauna. Ademais, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Brumadinho também aplicou multas em razão da poluição causada pela Vale, somando cerca de R\$108 milhões. A Vale está se defendendo administrativamente contra essas notificações.

(iii) Ações coletivas nos Estados Unidos

A Vale tomou conhecimento, por meio de informações públicas disponíveis, de que a Vale e alguns de seus atuais executivos foram indicados supostamente como réus em possíveis ações coletivas perante Tribunais Federais de Nova York, ajuizada por detentores de American Depositary Receipts (“ADRs”) de emissão da Vale, com base na legislação Federal Norte Americana sobre valores mobiliários. No entanto, nem a Vale nem seus executivos foram oficialmente notificados.

Os requerimentos iniciais alegam que a Vale fez declarações falsas e enganosas ou deixou de fazer divulgações relativas aos riscos e danos potenciais de um rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão. Os autores não especificaram valores dos prejuízos alegados nessas demandas. A Vale pretende defender-se desses processos e preparar uma defesa completa contra todas as alegações. Com base na avaliação dos consultores jurídicos da Vale, apesar de ainda

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2019

estar em estágio muito preliminar, a expectativa de perda deste processo é classificada como possível.

Considerando que nenhuma notificação oficial foi recebida até o momento, a fase inicial da suposta ação coletiva acima mencionada e o fato de que nenhum montante foi reivindicado pelos autores contra os réus, não é possível, no momento, estimar com segurança o potencial montante envolvido.

A Vale está negociando com as seguradoras com base nas suas apólices de seguro de risco operacional, responsabilidade civil geral e riscos de engenharia, mas essas negociações ainda estão em um estágio inicial. Qualquer pagamento de indenizações dependerá da definição de cobertura dos seguros, com base nessas apólices e na avaliação do montante da perda. Em função das incertezas relacionadas ao tema, nenhuma indenização para a Vale foi reconhecida nas demonstrações financeiras interinas da Vale.

Política contábil da Vale

A mensuração das provisões requer o uso de premissas que podem ser afetadas principalmente por: (i) alterações nas leis e regulamentos, (ii) variação dos preços correntes estimados de custos diretos e indiretos relacionados a insumos e serviços, (iii) alterações do fluxo previsto de pagamentos dos custos estimados, (iv) mudanças em tecnologias consideradas na mensuração atual, (v) quantidade de pessoas com direito aos pagamentos de indenização, (vi) resolução de questões legais potenciais e existentes, e (vii) atualizações na taxa de desconto.

Desta forma, os valores efetivamente incorridos pela Vale poderão diferir dos valores atualmente provisionados, em razão da confirmação das premissas utilizadas e que dependem de diversos fatores, alguns dos quais não estão sob o controle da Vale. Essas mudanças podem resultar em um impacto material no valor da provisão em períodos futuros. Em cada data de relatório, a Vale reavaliará as principais premissas utilizadas na preparação dos fluxos de caixa projetados e ajustará a provisão, quando necessário.

14 Eventos subsequentes

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 30 de abril de 2019, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 5.123.097 da seguinte forma:

(i) A Companhia deixa de constituir a Reserva Legal, tendo em vista já ter atingido o limite de 20% do capital social, nos termos do Artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas e alterações posteriores;

(ii) Ratificação de proventos no valor total de R\$ 966.330, sendo: (ii.a) Juros Sobre Capital Próprio no valor de R\$ 485.747, correspondente ao valor bruto de R\$ 1,763055179 e ao valor líquido R\$ 1,498596902 por cada ação ordinária e/ou preferencial de classes A e B do capital social e, (ii.b) Juros Sobre Capital Próprio no valor de R\$ 480.583, correspondente ao valor bruto de R\$ 1,744312053 e ao valor líquido R\$ 1,482665245 por cada ação ordinária e/ou preferencial de classes A e B do capital social, e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios;

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.
Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2019

(iii) Constituição de Reserva Especial de Dividendos, no valor total de R\$ 314.444, em função de ser incompatível com a situação financeira da Companhia a distribuição, conforme previsto nos §§4º e 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e motivação que será exposta no item 11, “c”, do Anexo I.

(iv) Constituição de Reserva de Lucros a Realizar, no valor de R\$ 3.842.323, representando a parcela do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 remanescente após as destinações acima referidas, nos termos do inciso II do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

* * *

Gilmar Dalilo Cezar Wanderley – Diretor Financeiro

Renato Proença Lopes – Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Marcel Juviniانو Barros – Diretor sem designação específica

Marília de Oliveira Carmo – Diretora Administrativa

Flávio Freitas Thomaz Pereira – Contador CRC RJ 081603/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Litel Participações S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Litel Participações S.A. (a “Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Rompimento da Barragem de Brumadinho da Vale S.A.

Chamamos a atenção para a Nota 13 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, que descreve as ações tomadas pela controlada em conjunto Vale S.A. (“Vale”) e os impactos nas suas informações contábeis, relacionados com o rompimento da Barragem de Brumadinho. Conforme divulgado pela Administração da Vale, a mesma incorreu em custos e reconheceu provisões com base nas suas melhores estimativas e premissas. Em decorrência da natureza e das incertezas inerentes a esse tipo de evento, os valores reconhecidos e/ou divulgados pela Vale deverão ser revistos e poderão vir a ser ajustados de forma significativa em períodos futuros, à medida que novos fatos e circunstâncias sejam conhecidos. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes aos resultados, aos resultados abrangentes, às mutações do patrimônio líquido, aos fluxos de caixa e aos valores adicionados (individuais e consolidados) do trimestre findo em 31 de março de 2018, obtidas das informações trimestrais - ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2018, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2018 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram, respectivamente, relatório de revisão datado de 14 de maio de 2018, sem ressalvas, e relatório de auditoria datado de 29 de março de 2019, sem ressalvas e com parágrafo de ênfase relacionado a evento subsequente decorrente do rompimento da barragem de Brumadinho da Vale ocorrido em 25 de janeiro de 2019.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2019

PricewaterhouseCoopers	Patricio Marques Roche
Auditores Independentes	Contador CRC 1RJ081115/O-4
CRC 2SP000160/O-5	

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras
para o período findo em 31 de março de 2019

LITEL PARTICIPAÇÕES S.A
Companhia Aberta
CNPJ: 00.743.065/0001-27

Os diretores da Litel, para fins do disposto nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as informações contábeis intermediárias da Litel relativas ao período findo em 31 de março de 2019.

Atenciosamente,

Gilmar Dalilo Cezar Wanderley – Diretor Financeiro
Renato Proença Lopes – Diretor Presidente e de Relação com investidores
Marcel Juviniano Barros – Diretor sem designação específica
Marília de Oliveira Carmo – Diretora Administrativa

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes
para o período findo em 31 de março de 2019

LITEL PARTICIPAÇÕES S.A
Companhia Aberta
CNPJ: 00.743.065/0001-27

Os diretores da Litel, para fins do disposto nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que reviram, discutiram e concordaram com a conclusão expressa no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às informações contábeis intermediárias da Litel referentes ao período findo em 31 de março de 2019.

Atenciosamente,

Gilmar Dalilo Cezar Wanderley – Diretor Financeiro
Renato Proença Lopes – Diretor Presidente e de Relação com investidores
Marcel Juvinião Barros – Diretor sem designação específica
Marília de Oliveira Carmo – Diretora Administrativa